



Supremo Tribunal Federal

Ofício eletrônico nº 16466/2021

Brasília, 11 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador OMAR AZIZ
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal - CPI da Pandemia

Habeas Corpus nº 204492

PACTE.(S) : TULIO BELCHIOR MANO DA SILVEIRA
IMPTE.(S) : TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (23870/DF, 450957/SP) E
OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
SENADO FEDERAL - CPI DA PANDEMIA

(Recursos Criminais e Habeas Corpus)

Senhor Presidente,

Comunico-lhe os termos do(a) despacho/decisão proferido(a) nos autos
em epígrafe, cuja cópia segue anexa.

Atenciosamente,

Ministra Rosa Weber
Relatora
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 204.492 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S)	: TULIO BELCHIOR MANO DA SILVEIRA
IMPTE.(S)	: TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO SENADO FEDERAL - CPI DA PANDEMIA

HABEAS CORPUS. ATO CONVOCATÓRIO EMANADO DE CPI. ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. WRIT PREJUDICADO (ART. 21, IX, DO RISTF).

Vistos etc.

Trata-se de *habeas corpus* preventivo, com pedido de liminar, impetrado por Ticiano Figueiredo de Oliveira e outros em favor de Tulio Belchior Mano da Silveira, contra ato do eminente Senador da República Omar Aziz, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal instaurada para investigar *as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil; as possíveis irregularidades, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19.*

Narra a inicial que *[o]s termos do requerimento de convocação (...) sinalizam a inequívoca condição de investigado do ora paciente perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.*

Aduz que *o paciente também está sendo investigado tanto pelo Ministério Público Federal, quanto pela Polícia Federal, em razão do mesmíssimo contrato que ensejou a sua convocação para prestar depoimento perante a ilustre comissão parlamentar, qual seja, o contrato firmado entre a Precisa medicamentos e o Ministério da Saúde.*

Requer, em medida liminar e no mérito, a concessão da ordem, para

HC 204492 / DF

(i) assegurar ao paciente o direito de convolar a compulsoriedade de seu comparecimento à CPI-Pandemia em faculdade, tendo em vista o direito à não autoincriminação; e, *caso o paciente opte por comparecer à referida CPI*, (ii) salvaguardar o direito de o paciente (a) não responder às perguntas a ele formuladas, (b) ser assistido por advogado, (c) não assinar termo de compromisso testemunhal, (d) *não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores*, (e) ausentar-se da sessão se conveniente ao exercício do seu direito de defesa.

O feito foi a mim distribuído na quinta-feira, dia 12.7.2021. Em 14.7.2021, o Ministro Luiz Fux, Presidente deste Supremo Tribunal Federal, deferiu, em parte, a medida liminar requerida.

É o breve relato.

Decido.

Em consulta ao sítio eletrônico disponibilizado pelo Senado Federal, verifco que a CPI-Pandemia encerrou suas atividades em 26.10.2021, com aprovação de seu relatório final.

A jurisprudência desta Suprema Corte entende prejudicadas as impetrações que veiculam objeções ao trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito, diante do encerramento das atividades respectivas. Nesse sentido:

“MANDADO DE SEGURANÇA – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – **EXTINÇÃO** – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – AÇÃO MANDAMENTAL PREJUDICADA – **RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO**.”

- **A jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal **considera prejudicadas** as ações de mandado de segurança e de “*habeas corpus*”, **sempre** que – **impetrados** tais “*writs*” constitucionais **contra** Comissões Parlamentares de Inquérito – vierem estas a ser declaradas **extintas**, em virtude **da conclusão** de seus trabalhos investigatórios e da aprovação de seu relatório final. **Precedentes.**”

(MS 25.995-AgR-AgR/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe 18.9.2009)

HC 204492 / DF

“Agravamento regimental no *habeas corpus*. 2. Direito Processual Penal. 3. **Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI. Encerramento das suas atividades. Perda superveniente do objeto. Prejudicialidade do writ. Precedentes.** 4. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 5. Agravamento regimental desprovido.”

(HC 143.590-AgR/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 27.8.2020)

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus* (RISTF, art. 21, IX).

Publique-se.

Brasília, 04 de novembro de 2021.

Ministra **Rosa Weber**

Relatora